

# **ESTRUTURA OCUPACIONAL, MOBILIDADE, RENDIMENTOS: PROBLEMAS E POSSIBILIDADES DE UTILIZAÇÃO DA VARIÁVEL OCUPAÇÃO EM ESTUDOS ENVOLVENDO RENDIMENTOS\***

*Maurício C. Coutinho\**

## **1 – Introdução**

Tem sido marcante a presença das noções de estrutura ocupacional e ocupação nos estudos envolvendo os mais diversos aspectos da economia do trabalho no Brasil: distribuição de renda, mobilidade ocupacional, setor informal, estrutura salarial. Quase nunca o sentido que se pretende dar a essas duas noções, entretanto, coincide; pelo contrário, sua utilização faz-se nos contextos os mais variados e com tal diversidade de significados que torna difícil a avaliação (ou invalidação) teórica dos argumentos e mesmo a proposição de linhas de pesquisa que desenvolvam aspectos vinculados às estruturas ocupacionais brasileiras.

A diversidade de significado evidencia-se a uma simples menção de algumas das situações em que tem emergido a questão da estrutura ocupacional. Tomando-se exemplos a esmo e sem a pretensão de cobrir exaustivamente a gama de tópicos associados à estrutura ocupacional — pelo contrário, apenas à guisa de ilustração —, podemos encontrar as ocupações associadas a uma tentativa de interpretação da oferta de trabalho, debilitando a hipótese de homogeneidade do fator trabalho presente nas agregações de oferta de trabalho,<sup>1</sup> ou servindo de substrato à análise sociológica clássica de mobilidade social,<sup>2</sup> ou ainda vinculadas ao debate sobre dualismo nos mercados de trabalho urbanos na América Latina (Cunha, 1983), e até mesmo presentes nas interpretações sobre evolução e determinantes da distribuição pessoal

---

\*Professor do Instituto de Economia da UNICAMP.

<sup>1</sup> Tal como formulado por José Paulo Chahad (1982).

<sup>2</sup> Como pode ser encontrado nos estudos de mobilidade social, baseados no suplemento especial da PNAD 73, entre os quais o de José Pastore (1979).

da renda, quando se parte da idéia de que a estrutura produtiva e de ocupações interage com os rendimentos pessoais.<sup>3</sup>

Em todas essas situações (excetuando-se a análise sociológica clássica da mobilidade social, conforme mostrarei adiante), a visão econômica subjacente é a de que a ocupação, de algum modo, é a base dos rendimentos dos trabalhadores; vale dizer, há uma associação entre renda e ocupação ou entre estrutura ocupacional e estrutura de rendimentos de tal modo forte que não se pode falar em oferta e demanda de trabalho fora do enquadramento fornecido pelos postos de trabalho efetivamente providos pelo aparato produtivo.

Esse tipo de enfoque, se, por um lado, dá aos argumentos uma base institucional sólida para que as análises sobre mercado de trabalho se desenrolem sobre um terreno bem demarcado, evitando a generalidade (e vacuidade) dos enfoques baseados em funções de oferta de trabalho construídas a partir de supostos de maximização de um atributo individual (a utilidade, ou a renda ao longo da vida), por outro, gera indefinição ao não precisar o que se entende por ocupações e estrutura ocupacional em cada contexto.

É como se reconhecêssemos a primazia de um elemento na determinação salarial: a estrutura do mercado de trabalho. Esse elemento impõe limites aos salários, fornece o balizamento para que se possa verificar a questão da mobilidade, permite que se tracem grandes linhas divisórias demarcando os mercados formal e informal, que, não obstante, nunca são definidos com precisão. Cada pesquisador visualiza o mercado de trabalho de uma forma e, habitualmente, operacionaliza sua visão de mercado de trabalho através de agrupamentos ocupacionais os mais variados. Assim sendo, alguns grupos de ocupações são apresentados como que constituindo a base (o mercado) sobre a qual se dá a mobilidade; outros permitem aproximações genéricas à distribuição de rendimentos; ainda outra classificação de ocupações embasa as análises sobre estrutura salarial na indústria, e assim por diante, ficando sempre pouco ou nada explícito o critério de agrupamento das ocupações e principalmente a pertinência dos agrupamentos utilizados em termos dos requisitos teóricos e empíricos necessários a análises de distribuição, de mobilidade, de dispersão salarial, etc.

O objetivo deste trabalho é o de discutir, de forma ainda preliminar e inconclusiva, os termos em que se poderia adequar a utilização de informações sobre ocupações e rendimentos à análise de alguns problemas concretos enfrentados em estudos de mercado de trabalho no Brasil. Não apresentarei nenhuma nova classifi-

---

<sup>3</sup> Nos estudos sobre distribuição de renda, a desagregação mais habitualmente utilizada é entre grandes setores de atividade econômica (Primário, Secundário, Terciário) ou grandes grupos de distribuição espacial (população rural e população urbana). Não obstante, também se analisa a distribuição por grandes grupos de ocupações, como ocupações rurais e urbanas, ou ainda mais desagregadamente. Ramonaval Costa (1977) agrupa as ocupações em administrativas, técnicas científicas e afins, trabalhadores do Setor Primário, trabalhadores do Setor Secundário, trabalhadores do Setor Terciário.

cação de ocupações nem tentarei acoplar qualquer dada estrutura ocupacional a tópicos controversos na economia de trabalho, a título de ilustração ou comprovação. Pelo contrário, procurarei situar abstratamente como determinados enfoques sobre mercado de trabalho requerem concepções bastante particulares de estrutura ocupacional; daí que, empiricamente, as bases de dados referidos a um ou outro enfoque devam necessariamente diferir. Começarei analisando a maneira como a metodologia da mobilidade desenvolve a noção de estrutura de ocupações; parece-me que aqui temos uma utilização definida (embora controversa) de categoria ocupação. Contrapondo a essa definição, a seguir, a indefinição da noção de ocupação e de estrutura ocupacional, quando passamos a situações que envolvam questões como mercados de trabalho, rendimentos, estrutura salarial. Para finalizar, adianto algumas possibilidades de exploração da variável ocupação em pesquisas envolvendo rendimentos.

## 2 — Estrutura ocupacional e mobilidade

Duas abordagens prevalecem nos estudos de mobilidade ocupacional. A primeira delas é de inspiração sociológica e trata, a rigor, da mobilidade social no sentido amplo, sendo a estrutura ocupacional referida por permitir uma boa aproximação e operacionalização da noção de estrutura social. Este não é um tópico em economia do trabalho, mas é importante que seja referido, por ter sido associado, no Brasil, à controvérsia em torno de distribuição de renda, pobreza, bem-estar, um terreno onde os economistas circulam com desenvoltura nos últimos anos. Na segunda abordagem, prevalece uma visão mais diretamente vinculada às análises de mercado de trabalho e às referências teóricas tipicamente econômicas de segmentação, dualismo, mercados formal e informal, hierarquias salariais. Trata-se aqui de verificar como os indivíduos trafegaram entre os postos de trabalho no decorrer de um período ou ao longo de uma vida profissional, detectando a existência de carreiras e de pontos de estrangulamento na hierarquia ocupacional. Veremos como nas duas abordagens aparecem concepções diferenciadas de ocupação e de estrutura ocupacional.

A visão clássica de mobilidade está estreitamente associada à tradição sociológica funcionalista. Essa visão tem sido bastante desenvolvida nos últimos 50 anos, a ponto de se ter constituído num dos temas preferenciais das pesquisas e das teorizações sociológicas; não seria possível sequer descrever sumariamente os desdobramentos principais desta abordagem em curto espaço, tal é o volume de material acumulado, mas convém explicitar alguns pontos subjacentes ao enfoque funcionalista de mobilidade que não têm sido devidamente levados em consideração no debate recente, ocasionando problemas graves de interpretação.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Desenvolvi com mais detalhes os pressupostos da análise clássica de mobilidade e os problemas encontrados em sua utilização na controvérsia brasileira em minha tese (Coutinho, 1984).

Em primeiro lugar, cabe ressaltar o sentido geral — o ambiente teórico, digamos assim — em que foi formulada a noção de mobilidade. O objetivo dos teóricos de mobilidade foi o de criar uma referência para que se pudesse transmitir a idéia de movimento ou fluidez dos indivíduos no interior da estrutura social. A máxima fluidez é entendida, nessa concepção, como um atributo de sociedades abertas, vale dizer, sociedades onde a promoção social não encontra barreiras institucionais, econômicas, religiosas ou de qualquer outra natureza. O que está em jogo aqui é a velha contraposição entre sociedades abertas e sociedades rigidamente estratificadas; nesse sentido, a fluidez ou mobilidade é um atributo vinculado a uma certa noção de democracia social, onde o valor máximo é a possibilidade de ascensão social por méritos próprios (“achievement”), independente de injunções familiares ou sócio-econômicas (“attainment”).

No momento de operacionalizar tal concepção de fluidez social é que surge a questão da estrutura operacional. Temos aqui duas questões, e somente a conjugação delas nos permite situar com precisão o sentido de ocupação e estrutura ocupacional na problemática da mobilidade. A primeira é estritamente teórica: o estudo da fluidez individual através da estrutura social requer preliminarmente um esclarecimento sobre o sentido que se dá à estrutura social. Por motivos que remontam à tradição funcionalista, os sociólogos da mobilidade entenderam que a variável ocupação é um bom denotador da posição social dos indivíduos.<sup>5</sup> Ora, como a estrutura social é vista como estrutura de posições sociais relativas, as ocupações (devidamente hierarquizadas) passam a ser o padrão de referência para a análise (e medida, inclusive) do trânsito individual.

Tomar a estrutura ocupacional como estrutura de posições sociais relevantes não é uma escolha neutra ou desprovida de aspectos polêmicos. Pelo contrário, uma vasta polêmica em torno de estrutura social grassa entre os sociólogos marxista, estruturalistas, funcionalistas; cada uma dessas correntes subdivididas ainda em subcorrentes variadas.<sup>6</sup> De qualquer forma, por razões que remontam principalmente a aspectos operacionais de investigação (abordados adiante), os pesquisadores da mobilidade social acatam a idéia de que a estrutura ocupacional retrata convenientemente a estrutura de “status”. A opção é controversa, por apresentar uma idéia de estrutura social contínua, sem oposições ou barreiras estruturais, sem grupos em conflito, etc; acredito, entretanto, que o primado das noções de solidariedade funcional (em oposição a conflito estrutural) e de continuidade (em oposição à segmentação) é próprio e indispensável à existência da noção de mobilidade tal qual representada sociologicamente, isto é, associada à idéia de fluidez ou permeabilidade da sociedade. Desse modo, o sentido último de ocupação e de estrutura ocupacional

---

<sup>5</sup> Veja-se, por exemplo, como esta questão é enfocada no texto clássico de Davis & Moore (1966).

<sup>6</sup> Uma pálida noção da controvérsia recente sobre a estrutura social pode ser obtida pela leitura da coletânea organizada por Blau (1975).

na formulação sociológica não pode ser dissociado de idéias como continuidade, fluidez, permeabilidade, as quais efetivamente apenas fornecem suporte àquele.

A segunda questão ligando estrutura ocupacional à fluidez social é operacional e não propriamente teórica. A Sociologia é uma ciência que se vale de procedimentos bastante especiais para validar empiricamente suas teorias, de vez que as categorias centrais não são diretamente mensuráveis. A operacionalização requer a construção de variáveis, isto é, símbolos operacionais de categorias teóricas relevantes.<sup>7</sup> No caso da mobilidade social, a ocupação é uma variável que operacionaliza a categoria que se pretende central, a de “status” social. Para tanto, a variável ocupação mostrou possuir alguns atributos favoráveis, como, por exemplo, a relativa estabilidade no tempo das posições relativas nas hierarquias, a facilidade de associação a outros atributos tidos como identificados a “status” social (renda, educação, etc.), a antigüidade das pesquisas envolvendo informações sobre ocupação.

Veja-se, então, que a idéia de estrutura ocupacional presente em estudos de inspiração sociológica é a de padrão de medida para a verificação da fluidez. Portanto, a utilização de dados sobre ocupações deve respeitar alguns critérios, sob pena de falsearmos o significado teórico (e, em consequência, as conclusões de pesquisas) de mobilidade. Constituem critérios mínimos a serem observados:

- a) critérios que preservem a noção de hierarquia, ou de posição social relativa. Toda representação da estrutura ocupacional deve ser escalar. As ocupações têm que estar dispostas hierarquicamente. Existem vários procedimentos para tanto, mas — e isso é o que nos interessa — todos eles relacionados à noção de “status” social, que é uma noção derivada de julgamento subjetivo. Em algum momento, todas as escalas ocupacionais passam por uma escolha arbitrária e derivada da noção subjetiva de “status”,<sup>8</sup>
- b) critérios que atendam à noção sociológica de diferenciação social. A ocupação é considerada um bom parâmetro de posição social, porque diferencia os indivíduos nominalmente (subgrupos com fronteiras explícitas) e gradativamente (subgrupos apenas ordenativos).<sup>9</sup> Parâmetros apenas graduativos, como renda e educação, não atendem aos requisitos de diferenciação social e, desse modo, não podem representar a estrutura social e, em decorrência, servir de base à noção de mobilidade. Sendo assim, todos os economistas que pretendem operacionalizar os estudos de mobilidade através de uma variável como renda estão falseando a noção de mobilidade, ao menos nos termos em que ela foi tradicionalmente formulada;
- c) critérios que preservem a idéia de continuidade. Só faz sentido falarmos em mobilidade, se a estrutura social foi suposta contínua, sem interrupções

<sup>7</sup> Como é explicado por Boudon (1971).

<sup>8</sup> Este e os demais critérios estão apresentados em Maurício Coutinho (1984).

<sup>9</sup> A esse respeito, veja-se Blau (1975a).

bruscas ou barreiras. Mobilidade é sempre movimento sobre pontos contínuos. As medidas de mobilidade são, inclusive, representações de probabilidade conjuntas de transição de posição social. Ora, a existência de descontinuidade ou de saltos extensos na escala rompem com a possibilidade de formular probabilidades de transição. Em atenção a esse critério, jamais podemos trabalhar com escalas onde os grupos ocupacionais são de tal modo agregativos que toda transição de posição social é um salto: em simultâneo, toda transição de posição social no interior dos agrupamentos fica obscurecida. Curiosamente, no Brasil os estudos de mobilidade social com enfoque sociológico clássico valeram-se de escalas ocupacionais excessivamente agregativas e, portanto, descontínuas;<sup>10</sup>

- d) critérios adequados à função específica da estrutura ocupacional: servir de padrão de medida para movimentos individuais ao longo do tempo. Para tanto, o padrão de medida deve ser fixo, isto é, as ocupações têm que guardar suas respectivas posições relativas durante um razoável período (uma geração, digamos). Se isso ocorreu nos Estados Unidos ou em outros países desenvolvidos, como acreditam os sociólogos, seguramente não ocorreu no Brasil ou em países onde a estrutura social se diferencia muito rapidamente graças à velocidade da industrialização, à migração rural-urbana, etc. Nenhuma demonstração ainda foi feita disso, mas aceito preliminarmente a suposição de que, sejam quais forem os critérios de hierarquização, as ocupações não têm mantido sua hierarquia. Em paralelo, nos países jovens assiste-se a uma intensa criação de posições ocupacionais e sociais novas, ou ao menos pouco encontradas em momentos anteriores; esta irrupção contínua de novos papéis sociais, no entender dos sociólogos, perturba o julgamento de “status” que é, não custa repetir, inteiramente subjetivo;
- e) critérios que enfatizem a idéia de conquista individual (“achievement”) de “status”. Quando todo um grupo social muda sua posição relativa, a transição seguramente não se deve a méritos próprios, senão que a fenômenos da estrutura sócio-econômica externos à vontade individual. Aspectos como migração maciça, industrialização, terciarização intensa são muito mais compatíveis com abordagens que enfoquem as transformações de estrutura social; este não é o terreno adequado à metodologia da mobilidade.

Acredito que esses critérios — hierarquia, continuidade, estabilidade dos valores sociais, estabilidade da estrutura ocupacional — são inerentes à abordagem clássica da mobilidade, devendo ser levados em conta na conformação de escalas ocupacionais relevantes. Dificilmente tais critérios poderão ser observados em se tratando da análise do caso brasileiro, e, não por acaso, entre nós a tradição dos grandes es-

<sup>10</sup> Os dois estudos mais completos sobre mobilidade no Brasil baseados na PNAD 73 agrupam as mais de duas centenas de categorias ocupacionais da CBO em apenas seis grandes grupos. Ver, a esse respeito, Pastore (1979).

tudos de mobilidade parece um tanto inconseqüente. Devemos reter, contudo, uma lição: a abordagem da mobilidade formula teoricamente uma concepção de ocupação e estrutura ocupacional coerente, definida e passível de operacionalização desde que — é evidente — aceitemos os pressupostos do funcionalismo e a relevância em geral da noção de mobilidade.

Na abordagem vinculada às análises de mercado de trabalho e às noções de segmentação, dualismo, mercados formal e informal, a estrutura ocupacional não se apresenta tão claramente definida. A rigor, aqui temos presentes vários enfoques diferenciados, cada um deles evocando problemas distintos. A uni-los uma idéia: a de exclusão. Trata-se de várias formas de se acercar a um mesmo tópico, que é justamente a falta de continuidade na estrutura ocupacional, a rarefação de permeabilidade social, enfim, a exclusão motivada ou por discriminação ao trânsito (discriminações quanto a sexo, raça, origem social, etc.) ou por fraturas no tecido social causadas pela heterogeneidade sócio-econômica.

A visão que emerge é a de segmentação, vale dizer, uma visão de mercados de trabalho diferenciados e, inclusive, estanques. Na abordagem dita de mercado de trabalho segmentado<sup>11</sup> há uma clara distinção entre um mercado geral de trabalho e os mercados internos às firmas. No mercado geral de trabalho existe pouca organização sindical, baixa qualificação, rotatividade acelerada e, principalmente, falta de uma hierarquia funcional que preserve a possibilidade de ascensão social. Internamente às modernas organizações burocráticas, pelo contrário, prevalecem as hierarquias, a especialização funcional, a expectativa de progressão. A progressão dá-se por cadeias de mobilidade bem definidas a partir dos requisitos técnico-administrativos dos estabelecimentos.

Nas abordagens de mercados formal e informal o quadro é bem outro. Trata-se, agora, de ressaltar as características dos mercados de trabalho urbanos em países subdesenvolvidos, onde parte não desprezível da população ativa não está propriamente empregada, senão que ocupada em atividades nem sempre definidas, de baixos requisitos de qualificação e, geralmente, de modestos rendimentos. Aqui o corte é entre distintas formas de organização da atividade econômica; pode até haver trânsito entre os mercados informal e formal, mas prevalecerá a diferenciação entre os dois segmentos.

Desejo destacar a concepção de estrutura ocupacional decorrente da abordagem dos mercados segmentados. Há um primeiro e grande corte: mercado geral de trabalho e mercado interno às grandes organizações. No mercado geral de trabalho não se coloca o problema de estrutura ocupacional; na verdade, nem mesmo se coloca o problema da existência de ocupações. Temos aí empregos instáveis, de baixa remuneração, com requisitos de qualificação indefinidos. Sob o ponto de vista sociológico, não há uma hierarquia de posições sociais (e, portanto, ocupação e estrutura ocupacional). Sob o ponto de vista econômico, não há mecanismos precisos

---

<sup>11</sup> Tal como transparece nos vários textos da coletânea organizada por Edwards et alii (1975).

de determinação das remunerações e, nesse sentido, não há um mercado de trabalho. Ora, quero acreditar que só pode existir relevância econômica na variável ocupação se ela estiver vinculada a alguma forma de determinação dos rendimentos.

Nos mercados internos prevalecem como critérios de hierarquização e determinação dos rendimentos os requisitos de organização técnico-administrativa das unidades produtivas. Cada ocupação — vista como um posto na hierarquia funcional — corresponde a um rendimento. Em compensação, cada estrutura técnico-administrativa terá organizações funcionais peculiares e, portanto, estruturas ocupacionais e de rendimentos particulares.

Estou aqui extremando os argumentos. É claro que certos postos, geralmente de requisitos técnicos bem definidos, têm mercados de trabalho gerais (externos às firmas); são, portanto, ocupações no sentido quase que de ofício, vale dizer, seu titular, mercê de suas qualificações técnicas, desloca-se pelos empregos “carregando” sua posição e remuneração. No entanto a idéia geral de hierarquia, de particularidade dos processos produtivos, de salário como um dos elementos de organização do trabalho nas cadeias funcionais, fortalece uma visão de pulverização das estruturas ocupacionais. A ocupação só faz sentido se referida à dada estrutura técnico-administrativa.

De modo diverso, mas com algumas similitudes de resultados, a contraposição formal/informal aponta para um grupo de atividades — as de setor informal — onde a noção de ocupação não tem relevância. De novo, sociologicamente, não temos posições sociais relativas, nem mesmo uma linha de ascensão de “status” informal—formal claramente definida. Economicamente, não há determinação de rendimentos. A renda dos trabalhadores no setor informal é comumente baixa, mas isso não se deve ao exercício de funções específicas, e sim a uma situação de excesso estrutural de mão-de-obra que faz desaguar em um amplo número de atividades desqualificadas um contingente expressivo de trabalhadores. Parcela significativa dos trabalhadores do setor formal, por sua vez, tem rendimentos em torno do salário mínimo, a despeito de exercer atividade em organizações tipicamente capitalistas.

Mais do que digressionar sobre mercados formal e informal ou sobre segmentação, o meu desejo é apontar as dificuldades que envolvem o conceito de ocupação e de estrutura ocupacional quando nos afastamos da proposição sociológica clássica na direção de estudos econômicos de mercado de trabalho propriamente ditos. A relevância econômica da categoria ocupação está intimamente ligada ao fato de ela poder ser tomada como suporte de rendimentos, ou seja, a idéia de ocupação é indissociável da de mercado de trabalho. Pois bem, externamente às unidades produtivas tipicamente capitalistas, não há ocupações nem processos definidos de determinação de rendimentos; a rigor, não há mercados de trabalho. Internamente às grandes unidades produtivas, as hierarquias serão particularizadas e, portanto, dissociadas de noções como ocupação, sempre que esta seja vista como algo definido para um espaço econômico mais amplo que a firma.



### 3 – O significado econômico de ocupação

Ao apresentar os pressupostos e critérios de validação da categoria ocupação nos estudos sociológicos clássicos, meu objetivo foi o de demonstrar, por contraste, que a translação do enfoque para áreas econômicas deixa-nos desprovidos de uma caracterização precisa tanto de ocupação quanto de estrutura ocupacional. Qual o objetivo e em que condições pode-se falar de ocupações em termos economicamente relevantes? Esta é a pergunta central a ser respondida, e adianto que não disponho de condições de fazê-lo de modo cabal. Algumas alternativas preliminares de resposta podem ser ensaiadas, e é o que procurarei fazer no restante do estudo.

Economicamente, parece-me que a questão central é a da determinação dos rendimentos do trabalho. Quais as categorias, qual a variável, que tipo de análise pode trazer alguma contribuição ao entendimento dos determinantes de rendimentos nos mercados de trabalho? De modo um tanto simplista, mas não equivocado, podemos nos aproximar do problema pela contraposição de dois paradigmas na análise da determinação dos rendimentos. Um dos paradigmas é o do capital humano. Como é sabido, nas teorias do capital estipula-se uma hipótese maximizadora — a maximização dos rendimentos ao longo da vida — a servir de mecanismo operacionalizador da curva de oferta de trabalho. A demanda de trabalho é ignorada, bastando um vetor de oferta de mão-de-obra (derivado da procura por qualificação associada ao princípio maximizador) para conformar uma estrutura de rendimentos, já que nesta oferta está embutida a carga de capacitação responsável pelos rendimentos. Esse procedimento, em princípio, resolve o problema da determinação salarial quando estão envolvidos trabalhadores de diferentes qualificações, mas elimina totalmente uma dimensão crucial na análise dos mercados de trabalho que é a da estrutura de cargos relativa aos requisitos técnicos e administrativos da produção. A validação do paradigma do capital humano requer, no limite, que a estrutura produtiva seja maleável a ponto de absorver a mão-de-obra ofertada no mercado, remunerando-a de acordo com seu conteúdo de capital humano. É evidente que isso está em desacordo com a rigidez de cargos e rendimentos inerente às modernas organizações burocráticas.<sup>1 2</sup>

Esse paradigma nos oferece uma situação em que a determinação dos rendimentos prescinde da estrutura ocupacional, seja qual for o sentido em que esta for entendida. Em contraposição a ele, diversos paradigmas sustentam a relevância da noção de estrutura de cargos, ou estrutura ocupacional, no entendimento da determinação dos rendimentos. Os enfoques são variados, podendo centrar atenção em hierarquia e discriminação no acesso a cargos (parece-me ser este o caso do paradigma de mercado de trabalho segmentado), na existência de uma exclusão estrutural

---

<sup>1 2</sup> Como está demonstrado em Bonelli & Cunha (1978, p. 117-67). Ver também Lima (1980) e Coutinho (1984).

gerada pelo atraso econômico (estudos de mercados formal e informal); de qualquer forma, e em contextos muito diversos, prevalece a visão de que o aparato econômico gera uma estrutura de postos de trabalho à qual os indivíduos se acomodam, sendo o rendimento um atributo dos postos de trabalho. Ora, frequentemente na literatura, o termo ocupação nada mais é do que um substituto ao que denominamos agora, genericamente, de postos de trabalho e, nesta medida, de modo ainda genérico, a ocupação ganha sentido enquanto suporte de rendimentos; e a estrutura ocupacional, enquanto estrutura de diferenciação dos rendimentos.

Estabelece-se um paralelismo entre a noção de ocupação e a de mercado de trabalho. Mercado de trabalho é o “locus” econômico de determinação dos rendimentos; se assim for, mercado de trabalho será sempre mercado de trabalho referente a uma ocupação (entendida como suporte de rendimento). A questão é um tanto confusa, porque mercado de trabalho se tornou outra destas expressões sem significado preciso, aplicadas a muitas situações teoricamente distintas: mercado geral de trabalho, mercado de trabalho urbano, etc. Quer dizer, a expressão mercado de trabalho tomou o sentido global de espaço econômico, o que é, para todos os efeitos, absolutamente vago e insuficiente.

Ao associarmos ocupações a mercado de trabalho, ambas as categorias estritamente relacionadas à determinação dos rendimentos, aproximamo-nos de uma precisão teórica maior, sem contudo resolver alguns problemas já abordados e que podem ser revistos sob um ângulo mais definido. Pelo menos três situações são detectadas no espaço econômico urbano, e para todas elas a categoria ocupação recebe significados variados.

Em uma primeira situação, temos ocupações localizadas na hierarquia funcional das empresas. Embora ocupações no sentido estrito do termo (suporte de rendimentos), o problema maior decorre da particularização extrema dessa acepção. Teremos tantas estruturas de ocupações quantas forem as hierarquias técnico-administrativas existentes, e, não necessariamente, existirá equivalência entre ocupações localizadas em mercados internos diferentes.

Em uma segunda situação, temos as ocupações no assim chamado mercado informal. Como deve ter ficado claro, o uso do termo ocupação é não mais que força de expressão, carecendo de qualquer significado teórico. São situações de trabalho envolvendo atividades dos mais variados tipos — comércio, serviços pessoais, trabalhos braçais sem especificações — que não configuram nenhuma unidade, nem a nível de percepção de rendimentos, nem de atributos técnicos e operacionais comuns.

Em uma terceira situação, temos as ocupações denotativas do exercício de certo tipo de atividade, requerendo qualificação determinada. Médico, professor, carpinteiro, pintor: todos estão associados a um exercício de capacidade laboral de qualidade específica; não necessariamente, contudo, denotam um intervalo razoavelmente restrito na escala de rendas. Do ponto de vista das análises de mercado de trabalho parece-me que não são ocupações.

Na realidade, essas três situações — e muitas outras — convivem no espaço econômico urbano e, inclusive, se interpenetram. Um exemplo: nos mercados internos inúmeras posições na escala hierárquica exigem capacitação técnica determina-

da, confundindo-se atributos técnicos com atributos de comando funcional. Essa interpenetração é corrente no espaço econômico e, efetivamente, um elemento presente na determinação dos rendimentos. O problema é que as ocupações em geral aparecem nos estudos econômicos como variáveis relacionadas a tipos de qualificação, ou a exercício de funções com características técnicas precisas. Quer dizer, as ocupações, para efeitos de pesquisa, carregam muito mais a antiga conotação de ofício — forçando um pouco a interpretação de ofício — que de suporte de rendimentos. A ocupação apareceria como um atributo técnico, o que é apenas uma das dimensões (e nem sempre a principal) na determinação dos rendimentos.

Toda essa indefinição e ecletismo teórico presentes na noção de ocupação e estrutura ocupacional não poderiam deixar de transparecer nos estudos empíricos. Quando a classificação de ocupações é suficientemente detalhada, aproximamo-nos da idéia de função definida por requisitos técnicos e de qualificação. É o caso dos estudos com dados baseados na Classificação Brasileira de Ocupações (Censos, PNADs), onde a ocupação é assumida como “o emprego, a função ou profissão, ou um encargo público executado regularmente”, resultando um misto de classificação de setores de atividades com funções técnicas no interior de cada setor de atividades. É o caso também de classificações de ocupações na indústria, como as do SENAI, com um refinamento de cargos a nível de detalhes técnicos do ofício. Quando a classificação é agregativa, pelo contrário, afastamo-nos de especificações técnico-funcionais, sem contudo construir variáveis (ocupações) que permitam uma interpretação coerente, seja no universo sociológico das posições sociais, seja no universo econômico de percepção de rendimentos. É o caso das escalas agregativas de estratos sociais utilizados nos estudos de mobilidade social<sup>13</sup> ou da distribuição ocupacional nas análises de oferta de trabalho.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Ramonaval Costa (s.d.), por exemplo, vale-se da seguinte escala de seis estratos em seu estudo de mobilidade social:

- I — trabalhadores no Setor Primário,
- II — trabalhadores na indústria têxtil, do couro e vestuário,  
trabalhadores da indústria de alimentação,  
trabalhadores não qualificados na indústria ou artesanato,  
trabalhadores braçais diversos,  
serviços domésticos,  
outros serviços,  
vendedores ambulantes,  
outras ocupações;
- III — ocupações da indústria mecânica e metalúrgica,  
outras ocupações qualificadas ou semiqualificadas do setor industrial,  
ocupações dos transportes e das comunicações,  
trabalhadores na indústria da construção,  
trabalhadores na indústria da madeira e móveis,  
outras ocupações qualificadas e semiqualificadas não industriais;

## 4 — Algumas sugestões

A sugestão contida nos argumentos até agora expostos só pode ser a de que devemos tentar adequar os estudos de mercados de trabalho a referências e a categorias relevantes em termos econômicos. A questão-chave, ao que me parece, é tentar reunir elementos que convirjam para a explicação dos determinantes dos rendimentos nos inúmeros espaços abertos nas economias urbanas. Alguns desses espaços caracterizam mercados de trabalho em si; outros apenas denotam existência de populações economicamente ativas no exercício das mais variadas funções e à margem de mercados formais de trabalho.

Em uma primeira aproximação, e a um nível bastante agregativo, os dados censitários permitem uma visão geral da distribuição da população nos espaços econômicos urbanos e dos próprios espaços econômicos existentes. Para isso é necessário não somente cruzar ocupações (tal como definido nos Censos) com rendimentos médios, mas também com dispersão de rendimentos e com outros cortes — posição na ocupação, sexo, idade, ocupação principal e secundária —, multiplicando

---

IV — técnicos e administradores do Setor Primário,  
 proprietários médios,  
 técnicos e auxiliares,  
 professores primários e afins,  
 ocupações de escritório,  
 mestres e contramestres,  
 atletas profissionais e funções afins,  
 ocupações de defesa nacional e segurança pública;

V — proprietários rurais,  
 administradores,  
 profissionais e técnicos;

VI — administradores e proprietários,  
 profissionais e técnicos de nível superior.

<sup>14</sup> Chahad (1982) utiliza a seguinte classificação ocupacional em seu estudo de oferta de trabalho:

1. altos cargos políticos e administrativos. Proprietários de grandes empresas e assemelhados,
2. profissionais liberais, cargos de gerência e direção. Proprietários de empresas de tamanho médio,
3. posições mais baixas de supervisão ou inspeção e ocupações não manuais. Proprietários de pequenas empresas comerciais, industriais e agropecuárias, etc.,
4. ocupações não manuais de rotina e assemelhadas,
5. supervisão do trabalho manual,
6. ocupações manuais especializadas e assemelhadas,
7. ocupações manuais não especializadas e assemelhadas,
8. aposentados.

os ângulos de visão e insistindo em questões, tais como diferenças regionais e papel do salário mínimo.<sup>15</sup>

Caracterizadas as feições mais genéricas das populações ativas urbanas, pode-se partir para estudos que permitam recompor aspectos da dinâmica dos mercados de trabalho formais. Neste caso, sem dúvida, as pesquisas domiciliares são amplamente insuficientes; é necessário dispor de informações coletadas junto aos locais de trabalho. Para recompor a estrutura de ocupações, inclusive se estiver correta a idéia de particularização das composições ocupacionais e de rendimentos no interior de cada hierarquia organizacional, serão necessários estudos de caso. Penetrar nas organizações, verificar os requisitos técnicos dos cargos, analisar as hierarquias, enfim, captar a estrutura ocupacional na sua essência. Este é um trabalho ainda por fazer, mas para o qual faltam referências teóricas importantes nos textos sobre mercado de trabalho segmentado e sobre determinação salarial.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Em caráter bastante preliminar e com categorias muito agregativas, isso foi feito na pesquisa **Rendimentos e formas de comprovação para não-assalariados de baixas rendas**, BNH et alii (1982). Os resultados foram satisfatórios, especialmente por permitirem traçar linhas divisórias claras entre as características gerais da população ocupada urbana nas nove regiões metropolitanas.

<sup>16</sup> Vejam-se, por exemplo, as sugestões contidas em Dunlop (1957).

## Bibliografia

- BLAU, J. S. (1975). **Approaches to study of social structure.** /s.l./, Free Press.
- (1975a). Parameters of social structure. In: ———. **Approaches the study of social structure.** /s.l./, Free Press.
- BNH et alii (1982). **Rendimentos e formas de composição para não-assalariados de baixas rendas.** /Brasília/.
- BONELLI, Régis & CUNHA, Paulo Vieira da (1978). Estrutura de salários industriais no Brasil: um estudo sobre a distribuição de salários médios em 1970. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 8(1):117-67, abr.
- BOUDON, Raymond (1971). **Métodos quantitativos em sociologia.** Petrópolis, Vozes. (Col. Métodos quantitativos em ciências sociais).
- CHAHAD, José Paulo (1982). Oferta de trabalho e composição ocupacional. **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP, 12(2):31-50, ago./nov.
- COSTA, Ramonaval (1977). **Distribuição de renda pessoal no Brasil.** Rio de Janeiro, IBGE.
- (s.d.). **Mobilidade social.** /s.n.t./. mimeo.
- COUTINHO, Maurício C. (1984). **Distribuição de renda e mobilidade social no Brasil.** Campinas, UNICAMP. (Tese de doutoramento).
- CUNHA, Paulo Vieira da (1983). Crescimento econômico y cambio ocupacional: uma crítica de enfoque dualista. In: ORGANIZACION INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Programa Regional del Empleo para America Latina y el Caribe. **Mobilidad ocupacional y mercado do trabajo.** Santiago /s.ed./.
- DAVIS, Kingsley & MOORE, Wilbert E. (1966). Alguns Princípios de estratificação. In: LUKACS, Gyorgy et alii. **Estrutura de classes e estratificação social.** Rio de Janeiro, Zahar. P. 114-32.
- DUNLOP (1957). The task of contemporary wage theory. In: ———. **The theory of wage determination.** /s.l./, MacMillan.
- EDWARDS, R. C. et alii (1975). **Labor market segmentation.** Lexington, K. C. Heiath.
- LIMA, Ricardo (1980). Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 10(1):217-72, abr.
- PASTORE, José (1979). **Desigualdade e mobilidade social no Brasil.** /s.l./, T. A. Queiroz.